



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Ata da 7ª Reunião Ordinária realizada no Pains Social Clube, município de Pains, no**  
**dia 22 de outubro de 2004, às 14: 00 horas.**

1 Aos 22 dias de outubro de 2004, reuniu-se a Unidade Regional Colegiada do Alto São  
2 Francisco.

3 Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o Presidente Doutor Shelley de  
4 Souza Carneiro, representante da SEMAD. Alex Fernandes Santiago, Valmir José  
5 Fagundes, Rogério Chaves, Márcio Antônio de Oliveira, Juarez Eufrásio de Carvalho,  
6 representantes da Administração Pública. Lucélio Nativo da Assunção, Roberto Soares  
7 Nogueira, Vicente Paulo Gondim, Eustáquio Marcelino Valério Calderaro, Lessandro  
8 Gabriel da Costa, Marco Antônio Vilela, representantes da Sociedade Civil.

9 **Assuntos em pauta:**

10 **1) Abertura:** a abertura foi realizada pelo Presidente da Unidade Regional do Copam do  
11 Alto São Francisco, Secretário-adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
12 Sustentável. Dr. Shelley de Souza Carneiro.

13 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** boa tarde, Prefeito, Conselheiros,  
14 Senhores e Senhoras. Hoje o COPAM do Alto São Francisco está realizando a sua reunião  
15 aqui em Pains, sempre com a casa cheia e sempre com gente tentando entender os  
16 problemas regionais relativos ao Meio Ambiente. Gostaria de agradecer muito ao Prefeito  
17 por nos receber com tanto carinho. O Prefeito Djalma sempre nos ajudou, inclusive durante  
18 o processo de implantação desta Regional. Gostaria de passar a palavra para o Prefeito.

19 **Djalma Vilela, Prefeito de Pains:** boa tarde a todos! Boa tarde Senhor Presidente, líderes  
20 de sindicatos e a esta ala jovem relacionada ao Meio Ambiente. Eu gostaria de dizer a  
21 vocês que Pains se sente muito feliz por este estreitamento de relacionamentos entre  
22 empresários, população e entidades ligadas à fiscalização do Meio Ambiente. Em nome da  
23 Prefeitura nos sentimos felizes por esta reunião acontecer em Pains. Não só pelo laço de  
24 estreitamento entre as ações de fiscalização, mas para que o povo possa entender um  
25 pouquinho mais desta tarefa árdua dos responsáveis pelo zelo de meio ambiente. Pains é  
26 hoje amplamente conhecida pelo seu potencial em matéria de calcário e que está ligada no  
27 dia a dia de Minas Gerais, devemos desenvolver a arte de explorar e também preservar o  
28 Meio Ambiente como um todo. Esta reunião será muito importante para aqueles que hoje  
29 exploram nossas riquezas, às vezes de forma artesanal, pois não estamos preparados para  
30 este desenvolvimento ainda. Pains vai aprender a aproveitar e a preservar este potencial. A  
31 Prefeitura e o município estão pleiteando este desenvolvimento e têm como sonho o  
32 mapeamento do nosso município. Com este mapeamento saberemos as áreas que não  
33 poderão ser exploradas, dando maior agilidade para as empresas que precisam trabalhar. O  
34 progresso é inevitável e a rocha calcária é largamente empregada em todas as empresas que  
35 se desenvolverão na nossa região. O desejo dos nossos empresários é que ocorra uma  
36 exploração mais adequada. A legislação é um pouco confusa, por isso aproveito o momento  
37 para pedir que se faça o mapeamento da nossa região. Muito obrigado a todos vocês.

38 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** obrigado Prefeito. Gostaria de  
39 comunicar também aos Senhores que nós temos muitos convidados hoje. Gostaria de  
40 cumprimentar o Sr. Rafael, Prefeito eleito de Pimenta. Dizer também que está conosco hoje



41 aqui a Conselheira do COPAM de Belo Horizonte que representa a AMDA, Sra. Maria  
42 Dalce. A nossa Conselheira que representa o IBAMA, Sra. Maria Regina. Dizer que cada  
43 dia que passa observamos mais o crescimento dos Conselhos, isto é muito importante. Toda  
44 a sociedade está se reunindo e discutindo. Isto é integração. Por causa disto nossos  
45 Conselhos têm procurado participar ativamente de alguns processos, estamos procurando  
46 levar para nossas pautas problemas regionais. O COPAM não é do município e sim da  
47 região, por isso procuramos pautar as nossas discussões e palestras nos problemas que são  
48 pertinentes da região. Os problemas vão começando a aparecer em cada região visitada.  
49 Meio Ambiente é uma discussão muito apaixonada, defendida de coração. Gostaria de dizer  
50 aos Conselheiros também que estamos voltando do Norte e em todas as reuniões  
51 observamos o crescimento destas, principalmente dos Conselheiros. Por estar presente em  
52 todas as reuniões eu tenho notado este crescimento assim como do envolvimento nas  
53 reuniões. Temos um livro que está aberto a todos os presentes, aqueles que assinaram este  
54 livro poderão ser pronunciados ao final da reunião. Os técnicos estarão presentes lastreando os  
55 nossos processos que serão julgados. Gostaria de fazer uma pequena inversão de pauta. É  
56 um trabalho que foi desenvolvido aqui na Unidade, discutido na última reunião. É um  
57 documentário sobre Fornos de Barranco da região de Pains.  
58 Inversão de pauta.

59 **Item 9.1) Apresentação da palestra: Fornos e barrancos da Região de Arcos e Pains.**

60 **Claudinei, técnico do Núcleo de Apoio ao COPAM do Alto São Francisco:** pedimos a  
61 inversão desta apresentação em função de um processo que será julgado pelos Senhores,  
62 fica como uma forma de esclarecimento. Gostaria de convidar o colega Jorge Homero, da  
63 FEAM, e logo em seguida passaremos um vídeo desenvolvido pela Unidade.

64 **Jorge Homero, palestrante da FEAM:** boa tarde a todos! Sou técnico da FEAM já faz 17  
65 anos e a apresentação que será feita hoje é um corte de uma apresentação que foi realizada  
66 em dois seminários internacionais. Abordando mais as dioxinas e furanos devido aos  
67 problemas de queima de resíduos de embalagens industriais não regulamentados. A  
68 apresentação dará uma idéia para os estudantes e membros da Câmara, que não têm uma  
69 noção das atividades sobre os procedimentos das indústrias de calcinações. Será traçado um  
70 panorama das ações da FEAM nas regiões de Pains, Formiga, Arcos e Córrego Fundo no  
71 controle destas atividades. Para situar o processo de transformação do calcário em cal,  
72 primeiro tem-se a extração na mineração, depois passa por uma fase de britagem e às vezes  
73 peneiramento, leva-se ao forno para a obtenção da cal virgem. Esta cal virgem adicionada à  
74 água obtém-se a cal hidratada. O uso da cal tem mais de 120 utilidades. Aí começa a história  
75 da calcinação desta região. Estamos observando um forno de barranco onde se queimava  
76 borracha nesta região e não se via praticamente nada no céu. O principal fator de poluição  
77 são os efluentes atmosféricos, principalmente o material particulado. As áreas onde  
78 aparecem mais estes fatores são a britagem e o peneiramento do calcário. Outro ponto  
79 seriam os silos do material já calcinado que emite fugas de material particulado. Qual a  
80 medida de controle dos silos? Confinar o silo, a hidratação de cal e usar filtro de manga e  
81 hidratador. As indústrias de cal nesta região apresentam três portes: grande porte como a  
82 Itaú, localizada em Arcos; médio porte, difundida em toda a região e pequeno porte. A  
83 indústria de médio porte utiliza o forno "AZBE", para a medida de controle destes fornos  
84 utilizamos filtro de mangas, lavadores, ciclone e multi-ciclone. Ao se analisar um processo



85 de um forno horizontal deve-se observar o seguinte: está queimando óleo? Os fornos mais  
86 novos já utilizam o GLP, gás liquefeito de petróleo. Nestes casos aqui, a medida para a  
87 contenção de poluição é a mesma. Um segundo tipo de forno é o chamado Forno de  
88 barranco, são colocados na meia encosta dos barrancos e operavam de forma bárbara,  
89 produzindo material particulado e gases de extrema periculosidade. Após uma investida da  
90 FEAM, da Polícia Florestal e do Ministério Público foi proibido o uso de borracha ou  
91 similares. A partir daí, os produtores tiveram que se adaptar surgindo um novo forno: semi-  
92 contínuo. Para o forno semi-contínuo foi discutido como fazer o controle. Sobre forno  
93 semi-contínuo, foi realizada uma pesquisa onde seria utilizada: exaustores com lavador,  
94 ciclone e filtro de manga. A conclusão do forno semi-contínuo é a seguinte: não existe  
95 ainda uma boa tecnologia, porém, não há necessidade, porque a tecnologia utilizada pelos  
96 produtores está dando resultados positivos. Os poluentes atmosféricos gerados nestes  
97 fornos: os gases e materiais particulados. São combustíveis com uso regulamentados: óleo  
98 BPF, lenha, coque de petróleo, GLP e moinha de carvão. Não regulamentados:  
99 combustíveis que utilizam borracha, carpete e plástico. Um outro ponto gerador de  
100 poluentes nestas indústrias são os resíduos sólidos. Para finalizar veremos algumas ações  
101 realizadas pela FEAM (exibição de fotos). Com relação aos resíduos de embalagem, toda  
102 esta região se tornou uma problemática nacional. As indústrias de São Paulo começaram a  
103 jogar os resíduos aleatoriamente dentro destas fábricas e mais uma vez a FEAM passou a  
104 fazer esta remediação. O volume de indústria de calcinação nesta região cárstica está  
105 distribuído desta forma: pequeno porte 60%, médio porte 28% e grande porte 12%.

106 APRESENTAÇÃO DO VÍDEO DE FORNOS SEMI-CONTÍNUOS.

107 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** este vídeo foi preparado pelos técnicos do COPAM de  
108 Divinópolis e ficou muito bom. Eu gostaria, então, de colocar o espaço agora para dúvidas  
109 dos Conselheiros.

110 **Capitão Valmir José Fagundes:** este assunto foi muito discutido na última reunião. Existe  
111 uma apresentação de poluentes acima do padrão. O processo que será discutido hoje  
112 também apresenta uma emissão de poluentes acima do padrão estabelecido. Isto acaba  
113 gerando uma dúvida entre os Conselheiros, pois se julga a princípio, que as emissões dos  
114 fornos são de baixo impacto. Não há para os Conselheiros um critério específico, uma  
115 avaliação correta desta emissão que diz que este forno não vai poluir, ou vai poluir dentro  
116 dos critérios estabelecidos. Eu gostaria de um esclarecimento a respeito.

117 **Claudinei Hermes, técnico do Núcleo de Apoio do COPAM do Alto São Francisco:**  
118 com relação a este padrão ou valor que está sendo colocado como parâmetro nos pareceres  
119 técnicos, podemos dizer que este oscila no padrão estabelecido que seja 150mg/Nm<sup>3</sup>. Este  
120 monitoramento é com relação aos fornos que utilizam o sistema de exaustão forçada, que já  
121 está bem próxima do padrão estabelecido ou talvez um pouco acima. Consideramos que  
122 estes padrões estão abaixo do que foi estabelecido. Levamos em consideração também, a  
123 opacidade das fumaças emitidas, que é bem baixa, mesmo medida em exaustão forçada.  
124 Não existem condições de monitoramento real destes fornos. Quando o forno trabalha com  
125 a exaustão natural, ele é aberto, a própria chaminé do forno é a sua boca. Não há como  
126 monitorar. As emissões do forno em exaustão natural são insignificantes. Seus impactos  
127 são de baixo teor, estes empreendimentos estão, inclusive, isentos de licenciamento.



128 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** gostaria de saber se alguns destes  
129 municípios citados têm monitoramento de qualidade de ar?

130 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** eu te garanto que não. Nenhum deles.

131 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** a forma correta de avaliar o dano causado  
132 por estas indústrias seria o monitoramento do ar destes municípios.

133 **Claudinei Hermes, técnico do Núcleo de Apoio COPAM Alto São Francisco:** a  
134 pergunta do Conselheiro é bem pertinente. Com relação à qualidade do ar temos que  
135 considerar que ao compararmos a emissão de poluentes dos fornos de barrancos com outras  
136 grandes fontes de emissão, como mineradoras e indústrias de calcinação, a emissão dos  
137 fornos de barranco, com certeza, apresentam um valor insignificante para a região.

138 **Capitão Valmir José Fagundes:** não foi realizada uma medição neste forno que será  
139 licenciado. Entretanto, estes licenciamentos sempre apresentam uma frase padrão: “se após  
140 outras vistorias for constatada a necessidade de se implantar equipamentos antipoluentes  
141 nos fornos, será objeto de condicionantes tal exigência.” Se não é possível fazer a medição  
142 da emissão dos poluentes, como será realizada esta vistoria?

143 **Jorge Homero, palestrante:** para se fazer em cada unidade o monitoramento é necessário  
144 fechar totalmente o topo dos fornos. Teremos um gasto econômico fora da realidade da  
145 região. Cada trabalho deste vai sair muito caro. Nossas vistorias são constantes, junto com a  
146 Polícia Militar. Nós temos experiência e fazemos uma avaliação visual que constata que há  
147 uma combustão perfeita. Quando se tem uma fumaça azulada é porque a combustão é  
148 ótima. Nós temos que saber das nossas dificuldades econômicas, esta é uma sugestão  
149 técnica nossa. Se notarmos que há oscilações, podemos exigir a construção das chaminés  
150 nestes fornos. Sobre o monitoramento, a pergunta foi muito pertinente. Gostaria de noticiar  
151 uma coisa: o Ministério da Saúde vai realizar o monitoramento da qualidade do ar em  
152 regiões consideradas críticas, uma delas será esta região. O Ministério também irá realizar  
153 um rastreamento do que restou da contaminação de dioxinas e furanos, estas são  
154 contaminantes altamente perigosos e que em mínimas concentrações já afetam o homem e  
155 a natureza como um todo.

156 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** primeiro, gostaria de parabenizar o  
157 trabalho da FEAM onde nós observamos sensivelmente as melhoras. Os questionamentos  
158 levantados aqui dizem exatamente sobre a necessidade de um licenciamento que se refira a  
159 uma análise detida da empresa. O que nós estamos fazendo aqui é licenciar empresas com  
160 base em estimativas. E isto nos causa grande preocupação, pois, sabemos a dificuldade  
161 posterior de se fazer a fiscalização. E nos gera preocupação, também, o fato de que sairão  
162 do licenciamento com uma questão que ainda não está pacificada. E ainda nos preocupa, o  
163 fato do critério econômico prevalecer sobre o critério ambiental, uma vez que o custo é alto  
164 para realizar o exame de eventual poluição atmosférica. E nós estaremos licenciando  
165 mesmo assim.

166 **Jorge Homero, palestrante:** recentemente, houve uma espécie de sabatina entre os  
167 conselheiros de outra região, sobre empresa de grande porte que trabalha com cal. Vou  
168 comentar uma proposta individual interessante: o padrão de 150 mg é uma boa referência e  
169 1% a mais ou menos não mudaria muita coisa. A proposta que existe é de revisão do  
170 padrão. Tem que se pensar em uma alteração do padrão, esta proposta foi bem aceita na  
171 FEAM. Eu já me adiantei e estou realizando pesquisas para apresentar padrões mais



172 rigorosos. No meu ponto de vista, entendo a preocupação dos Senhores, devemos partir  
173 para o monitoramento da qualidade do ar e buscar novos padrões e tentando agilizar estas  
174 mudanças. Devemos repensar estes fornos. Por enquanto só temos a subjetividade a  
175 oferecer.

176 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** a discussão fica então aberta para o público.

177 **Marcelino:** Os dados aqui mostrados pela FEAM foram dados muito preocupantes para  
178 mim e gostaria de expor duas questões: há uma preocupação muito grande quanto ao  
179 monitoramento destes empreendimentos. Hoje vindo de Araxá para o município de Pains  
180 nós contabilizamos 17 caminhões de madeira e mesmo tendo pouco conhecimento de  
181 biologia notamos que somente 7 eram de eucalipto. Então, me preocupa a questão do  
182 licenciamento desta fonte de energia. A segunda questão que apresento é a minha  
183 preocupação com a poluição atmosférica. Foi colocado pelo Conselheiro Roberto e é uma  
184 questão pertinente no momento. Eu gostaria de conclamar aos Conselheiros e aos presentes  
185 que façamos uma cobrança da Academia, porque esta região foi palco de estudos e estes  
186 trabalhos estão nas bibliotecas, estes resultados foram apresentados no 42º Congresso de  
187 Geologia onde se mostra o problema da poluição atmosférica no município de Doresópolis.  
188 Foi realizada uma análise da qualidade do ar neste município e parte desta contaminação já  
189 está chegando ao município. A poluição mais democrática é a poluição atmosférica, porque  
190 ela vai para todo lado. Existe uma tese de mestrado sobre a poluição em Pains,  
191 principalmente sobre a elevada taxa de dioxina. Vamos cobrar isto da Academia.

192 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** obrigado Marcelino. Antes de passar para a Dalce, eu  
193 gostaria de reafirmar: uma das grandes virtudes do COPAM Regional é realmente externar  
194 o que está acontecendo nas Universidades. Outro dia, em Itajubá, a Universidade nós  
195 mostrou trabalhos de PCH. Nós temos muitos problemas de barragens no Estado de Minas.  
196 90% dos formandos de Itajubá vão para São Paulo. Em Salinas existe uma Federal em  
197 técnicos de agricultura. Existem muitas Universidades que desenvolvem estudos fantásticos  
198 que podem ser aproveitados pelo COPAM. É um somatório muito grande. Eu acredito em  
199 cooperação e soma.

200 **Maria Dalce Ricas, AMDA:** boa tarde a todos e obrigada pela palavra. Eu sou da  
201 Associação Mineira de Defesa do Ambiente, uma associação não governamental, e nos  
202 temos acompanhado o COPAM desde a sua criação em 1977. Eu gostaria de parabenizar o  
203 trabalho da FEAM e do IEF, eu acredito que as Políticas Ambientais devem trabalhar em  
204 cima de dados e estudos técnicos. Eu sou membro da Câmara de Atividades Industriais do  
205 COPAM e há 20 anos nós iniciamos uma luta contra a atividade guseira no Estado da forma  
206 como ela tem sido realizada. Não somos contra as atividades econômicas, a nossa luta é  
207 para que a atividade econômica se desenvolva de forma a não depredar os recursos naturais.  
208 Há 20 anos lutamos para que a atividade de ferro gusa em Minas Gerais deixe de ser  
209 cúmplice da degradação da nossa biodiversidade e da extração de minério de forma  
210 predatória. Infelizmente até agora não obtivemos êxito. 80% das indústrias de ferro gusa do  
211 nosso estado exportam araras, pequiyeiros e exportam biodiversidade. Por que estou  
212 falando isto? Porque a FEAM encaminha para as Câmaras pareceres técnicos que dizem:  
213 vamos dar uma licença para a empresa de calcinação X. Esta empresa terá dois anos para  
214 mudar e comprar suas pedras de empresas licenciadas ou ela terá sessenta dias para  
215 apresentar o licenciamento das suas fontes de insumo. 2 anos e 60 dias para apresentar.



216 Para nós é obvio! O Estado não pode dar a licença para uma empresa que compactua com a  
217 extração de um insumo de forma ilegal e predatória. Mas, eu não sei se é do conhecimento  
218 dos Conselheiros, há alguns meses atrás, nós começamos a enfrentar uma acirrada oposição  
219 da Associação Comercial de Minas e da Federação das Indústrias de Minas Gerais apoiados  
220 pela Secretaria de Indústria e Comércio. A FIEMG acusa o Sistema Estadual de Meio  
221 Ambiente e a FEAM de estarem impondo uma condicionante ilegal. Alegam que o Estado  
222 não pode obrigar o empreendedor a mostrar a licença do seu fornecedor. Como  
223 ambientalista, eu acho isto inaceitável, o que acabou gerando uma briga. Foi criado um  
224 grupo de trabalho para esta questão. Eu sei que houve na última reunião uma discussão  
225 sobre este tipo de condicionante, eu gostaria de expor esta oposição que nós estamos  
226 sofrendo da FIEMG e até do próprio Estado. Então, o Sistema Ambiental coloca uma  
227 condicionante e outra Secretaria do Estado é contra. É uma disparidade. A licença  
228 ambiental, por si, não funciona. Mas podemos pedir ao calcinador que apresente as  
229 licenças. Isto seria um instrumento legal de ação para os técnicos do Estado e a Polícia  
230 Ambiental. Segunda parte: estamos desesperados por causa da situação do Patrimônio  
231 calcário. O que é um povo sem história? O que é um povo que destrói a sua história? Como  
232 podemos fechar os olhos à destruição do Patrimônio Arqueológico? Em fevereiro nós  
233 conseguimos que fosse criado um grupo de trabalho para esta questão da mineração, este  
234 grupo não foi formado até hoje! Há uma campanha em nosso site e enviamos cerca de  
235 3.000 assinaturas para o Secretário para que fossem tomadas medidas a respeito do  
236 Patrimônio Cárstico desta região. A nossa proposta é: 90% da cal gerada em Minas Gerais  
237 alimentam siderurgias. Eu acredito que, se alimenta a siderurgia, a BELGO, a ACESITA, a  
238 USIMINAS e todas as empresas guseira também usam cal. Eles são todos responsáveis por  
239 este patrimônio. A nossa proposta é a seguinte: enquanto se espera o Grupo de Trabalho,  
240 que nós possamos conhecer a realidade da região. Como ambientalista eu não tenho dúvida  
241 que eu tenho que brigar pela proteção do meio ambiente natural. Mas se eu conseguir  
242 proteger este meio ambiente e também resolver problemas sociais e econômicos melhor  
243 ainda. Todos ficam satisfeitos. A idéia não colocar ninguém na cadeia, mas chegar a um  
244 ponto que, quem não tiver competência não se instale! Porque se degradar o meio ambiente  
245 resolvesse problemas sociais, este País não tinha miséria! (aplausos) Que o Grupo de  
246 Trabalho comece a exercer o papel de catalisador. Vamos procurar todos os agentes,  
247 prefeituras, empresas. Vamos pedir recursos para fazermos um diagnóstico ambiental e  
248 sócio-econômico da região. Ver quem realmente depende da atividade. Quem está se  
249 escondendo atrás de miseráveis para ganhar dinheiro. E depois, vamos buscar uma solução.  
250 Entendemos que todos são responsáveis e todos devem colaborar. É uma questão de  
251 responsabilidade solidária.

252 **Djalma, Prefeito de Pains, (não se identifica):** Eu acredito que existe uma preocupação  
253 excessiva com a nossa região. Eu observei o Capitão Valmir perguntar sobre miligramas  
254 lançadas por um forno e eu posso afirmar para você que a emissão de poluentes pelos  
255 caminhões com bombas injetoras desreguladas é infinitamente superior! E com relação aos  
256 fornos estabelecidos em Pains, hoje, eu acredito que eles não emitem nem a metade de  
257 poluentes que a White Martins, que é apenas uma empresa. Esta preocupação com o meio  
258 ambiente tem que existir, mas não pode ser tão severa, como tem sido com a nossa região.  
259 Existem várias atividades diárias que são muito mais degradantes. Por exemplo: o



260 município não tem esgoto tratado, então, o que se despeja no dia a dia é muito mais  
261 poluente que um forninho deste. Este trabalho é feito de uma maneira artesanal. Por isso,  
262 defendemos antes de qualquer norma, o mapeamento do município. É lógico que nós temos  
263 um patrimônio cárstico que tem ser preservado em alguma coisa. Mas antes, temos que  
264 lotear e deixar as empresas trabalharem, elas não podem esperar dois anos. Esta poluição  
265 gerada na região é mínima. O uso de agrotóxicos é muito mais agressivo. Não foi  
266 constatada nenhuma doença em relação ao tipo de poluição causada nesta região, estes  
267 dados foram repassados ao Ministério Público.

268 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** obrigado Prefeito. Gostaria de comunicar a presença do  
269 Dr. Mário Willian Sper da Associação Brasileira de Cimento Portland de São Paulo.  
270 Obrigado por nos prestigiar.

271 **Paulo de Tarso Faria, vereador de Pains:** vou começar discordando do Senhor Prefeito.  
272 O que nós passamos em Pains com a poluição do ar e sonora, não é brincadeira não! E para  
273 isso eu tenho provas e várias reclamações junto à FEAM, junto ao Ministério Público e a  
274 população não sabe como levantar provas para mostrar como Pains sofre, principalmente  
275 com a poluição causada por duas firmas: *Calcinação Pains e Mineração Saldanha*. Está  
276 aqui um exemplo, isto foi recolhido em uma casa apenas em uma noite. Este é o pó de  
277 carvão que nossos filhos e a população de Pains respiram 24 horas por dia. Se isto não faz  
278 mal para a saúde, o que faz? E ainda discordo, porque nós temos um índice muito grande de  
279 problemas respiratórios que podem ser constatados no hospital e que são decorrentes da  
280 poluição que respiramos. Eu tenho fotos, filmes e documentos da FEAM que me foram  
281 passados, comprovando que Pains está sentindo a poluição! Estou aqui simplesmente para  
282 fazer o meu trabalho de vereador, pois já fiz vários requerimentos e não sei que tipos de  
283 provas mostrarem. Tudo isto já foi encaminhado para a FEAM e para o Ministério Público  
284 e, até hoje, nenhuma atitude foi tomada. Quando a FEAM vem a Pains, imediatamente as  
285 firmas colocam os filtros para funcionar. Os filtros só funcionam quando a FEAM está  
286 aqui. Hoje, eu tenho certeza, estes filtros devem estar funcionando. Antes de ser vereador,  
287 eu fui funcionário, e sei que se as empresas colocam os quatros filtros para funcionar, o  
288 exaustor não agüenta. Então, o que eles teriam que fazer? Reduzir a calha para cair pouca  
289 pedra. Mas isto faz a produção cair. Enquanto tem fiscalização, o filtro funciona. Voltem  
290 aqui à paisana e vocês vão perceber que o que eu estou falando é verdade.

291 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** por favor, nós temos algumas regras. A pessoa que pediu  
292 para falar terá um tempo e deverá usá-lo para expor os fatos sem agredir pessoas. Sempre  
293 respeitamos as pessoas, queremos ouvir a sua opinião e criar um ambiente de discussão.  
294 Podemos sair daqui com Moções para tentar solucionar os problemas, mas não com  
295 soluções. Estamos aqui para dizer ao governo de Minas que existem preocupações e  
296 medidas a serem tomadas na região. Nunca o problema pessoal.

297 **Paulo de Tarso Faria, vereador de Pains:** há menos de um ano, eu recebi um projeto que  
298 poderia ser executado, para criar uma Lei de Proteção Ambiental em Pains. Quem me  
299 entregou foi o pessoal da FEAM. Eu apresentei este projeto, mas como ele gera despesa  
300 para a prefeitura, não pôde ser apresentado. Eu então, cobrei do Senhor prefeito, que criasse  
301 uma Secretaria. Pains é uma das maiores reservas calcárias do mundo! Ela merece uma  
302 Secretaria de Meio Ambiente! Merece alguém para ajudar a fiscalização. Gostaria de ler a  
303 justificativa do meu projeto: *“As atividades humanas geram impactos ambientais, que*



304 *podem ser mais ou menos significativos, dependendo da localização, do tipo de atividades*  
305 *envolvidas e das medidas implementadas. A preocupação com os impactos ambientais*  
306 *decorrentes da atividade humana faz parte da história da sociedade moderna. Viver de*  
307 *forma sustentável significa buscar a harmonia entre o desenvolvimento e a utilização dos*  
308 *recursos naturais. A humanidade não pode tirar da natureza mais do que a sua capacidade*  
309 *suporta. Isto significa que precisamos adotar estilos de vida e de desenvolvimento que*  
310 *respeitem estes limites. O verdadeiro objetivo do desenvolvimento é melhorar a qualidade*  
311 *de vida. Por tudo isto e visando suprir a ausência de normas municipais para a proteção e*  
312 *conservação do meio ambiente é que propus esta lei".Eu não estou aqui tentando fechar*  
313 *firmas. Em Divinópolis existem siderúrgicas que trabalham no centro da cidade e não*  
314 *poluem porque estão dentro das normas. O que nós queremos é que estas firmas trabalhem*  
315 *dentro das normas e que ajudem a recuperar o meio ambiente que elas degradaram. 80% da*  
316 *produção de pedra em Pains vão para Arcos, Formiga e Córrego Fundo. Para nós fica*  
317 *apenas o prejuízo. Por isso, é importante ter um Secretário do Meio Ambiente que*  
318 *realmente respeitasse o nosso meio ambiente. Pains é uma cidade pequena e rica, nós*  
319 *precisamos aprender a aproveitar esta riqueza sem danificar o meio ambiente. É fácil, por*  
320 *ser uma cidade pequena. Por isso, eu peço à FEAM que me oriente sobre como mudar esta*  
321 *situação. Estou pedindo que vocês me ajudem e a toda população a ter uma qualidade de*  
322 *vida melhor.*

323 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** a nossa função é ouvi-lo e ajudá-lo a encontrar soluções.  
324 **José Francisco Gonçalves, empresário do setor de mineração, vice-presidente da**  
325 **Comissão de preservação do Rio São Miguel:** considero-me um ambientalista também e  
326 apaixonado por esta terra. A primeira coisa que nós queremos é ser parceiros da FEAM.  
327 Poderíamos decidir um local de trabalho para discutirmos claramente os problemas da  
328 região. Sem radicalismos. O que queremos é que realmente haja um diálogo, uma  
329 integração entre as organizações. Gostaria de fazer este convite e estou disposto a sentar  
330 para discutir os problemas e forma de negociações. Digo isto para os nossos Conselheiros,  
331 IBAMA, FEAM e outros interessados vão sentar verdadeiramente e expor os problemas  
332 caso a caso. Eu estaria disposto a levar esta mensagem para os ambientalistas e para os  
333 empresários para discutirmos e acharmos soluções para os problemas. E não ficar jogando a  
334 culpa um nos outros. Eu estou aguardando para resolvermos estes problemas.

335 **(Não se identifica)** funcionário da White Martins: esta intervenção foi motivada por uma  
336 menção do Senhor Prefeito à empresa onde eu trabalho, a White Martins de Iguatama.  
337 Nesta empresa eu desenvolvo um trabalho de destinação de subprodutos e naturalmente  
338 ligadas às questões ambientais. A nossa empresa faz os controles de emissões e as suas  
339 manutenções são controladas, cujos relatórios são enviados regularmente a FEAM.  
340 Tivemos a satisfação de ter a nossa licença ambiental renovada em junho do ano passado  
341 até junho de 2009. Portanto, eu gostaria de convidar o Senhor Prefeito para visitar a nossa  
342 empresa e verificar que a emissão de gases lá, não se compara com a emissão de gases de  
343 caminhões a que o Senhor se referiu. Obrigado.

344 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** inicialmente eu gostaria de pedir ao  
345 Presidente deste Conselho que não mais houvesse inversão de pauta. Hoje, perdemos uma  
346 ótima oportunidade. A Promotora de Arcos virá a esta reunião às 05h00min e estava  
347 previsto que debatêssemos este assunto a esta hora. Várias questões foram levantadas aqui



348 quanto à atuação do Ministério Público, e ela não está presente por que tem audiência para  
349 realizar na Comarca. Nós Conselheiros viemos para cá com uma programação que é  
350 importante para que nós possamos nos situar. Está sendo necessária a presença do  
351 Ministério Público e este não está presente porque a pauta foi invertida. Mas eu posso  
352 responder a estas questões. Estamos vendo aqui, questões de interesse econômico, de  
353 interesse ambiental, questões todas que já eram objeto de preocupação nas nossas reuniões  
354 do Conselho. O IBAMA se posicionou, a Polícia Militar e o Ministério Público também,  
355 então, porque nos causa perplexidade colocar um prazo para que a pessoa possa adquirir de  
356 pessoas licenciadas, enquanto a sua obrigação é adquirir de pessoas licenciadas. Quem não  
357 está licenciado está praticando crime! Quem está comprando de quem está cometendo  
358 crime, isto é receptação, está comprando produtos de crime. Além disto, todos os outros  
359 casos de crimes ambientais, previsto na Lei 9.605. Nós debatemos e relutantemente tivemos  
360 que diminuir o prazo, porque mesmo que exista um prazo para comprar de quem está  
361 licenciado, nada impede a Polícia Ambiental de autuar aqueles que estão vendendo sem  
362 licença. É importante termos isto em mente porque, senão, ficamos brincando de fiscalizar.  
363 Quanto às questões de interesse econômico na Comarca, são todas muito importantes. E é  
364 por isso que a FEAM em um primeiro momento busca orientar as pessoas. Mas para  
365 aqueles em que não é suficiente o aconselhamento que outro meio nós temos senão a  
366 punição? A FEAM orienta e ainda assim o “mau empresário” é recalcitrante. Que opção  
367 nós temos? Nós temos que ter sempre a mesma aplicação da Lei, princípio da igualdade me  
368 obriga a isto. Tratar a todos igualmente dentro dos parâmetros legais. E inclusive o Senhor  
369 Prefeito, que diz que o esgoto do município traz muitos problemas, é bom lembrar que é  
370 obrigação do município tratar seu esgoto! Não estamos aqui para confrontos e debates,  
371 apenas queremos a aplicação da Lei. São questões graves, nós órgãos públicos também  
372 temos questões para resolver, há necessidade de uma atuação mais eficiente do DNPM. As  
373 pessoas aqui querem trabalhar e o DNPM não é um órgão eficiente, ele não dá uma  
374 definição das áreas. Nós conhecemos a situação das pessoas que vivem de explorar este  
375 mercado, sem lavrar verdadeiramente. São apenas 100 horas de direito de lavra e não fazem  
376 nada, moram longe daqui e as pessoas que trabalham passam fome e têm necessidades e  
377 estão nas mãos destas pessoas. Nós estamos fazendo isto com serenidade. Houve uma  
378 atuação para regulamentação das calcinadoras e infelizmente alguns não acreditaram que  
379 esta ação era séria e descumpriram o prazo do Ajustamento de Conduta. Nós executamos  
380 este Ajustamento de Conduta e com este dinheiro podemos fazer várias coisas interessantes  
381 pelo local, como melhorar a Polícia Ambiental e comprar aparelhos e equipamentos para  
382 medir a poluição de veículos. Foi contemplada a reforma da Santa Casa como forma de  
383 indenização pelas doenças respiratórias causadas pela poluição. Muitos problemas existem  
384 e vão sendo resolvidos. O papel do Ministério Público não é de punir e sim de aplicar a Lei.  
385 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** desculpe-me por ter feito a inversão de pauta, foi feita a  
386 pedido e eu perguntei aos Conselheiros. Nas considerações finais, quem sabe, a Promotora  
387 poderá se pronunciar. É importante que todos se manifestem. Vamos passar para a nossa  
388 pauta.

## 389 2) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS

390 **Lessandro Gabriel, Associação Ambientalista:** é com muita satisfação que comunico que  
391 ontem, no Comitê de Bacias Hidrográficas do São Francisco, junto com a AMDA e outras



392 associações, nós derrubamos o projeto de Transposição do Rio São Francisco. Firmamos a  
393 questão da Revitalização do São Francisco. O Comitê de Bacias Hidrográficas de Minas  
394 Gerais conseguiu derrubar este projeto de Transposição. E com honra de glória nós  
395 soltamos milhares de peixes no Rio São Francisco. Outra questão séria a colocar é que  
396 existe um projeto, do IEF, onde será distribuído um milhão de mudas de eucalipto para  
397 florestas econômicas. Isto nos preocupa muito, pois há uma má distribuição entre os  
398 municípios e há uma abertura de um processo de desmatamento para implantação destas  
399 florestas. Haverá um Fórum de ONGs em Belo Horizonte, gostaria que se fizesse uma  
400 Moção de onde se pudesse fiscalizar melhor a implantação destes programas de florestas  
401 econômicas na região. Alguns municípios estão sendo prejudicados e ainda temos a questão  
402 das APPs que poderão ser prejudicadas com o processo de implantação destas florestas aqui  
403 na região.

404 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** é importante esta Audiência Pública que estão  
405 acontecendo em várias regiões, inclusive na Bahia, porque elas mostram que a população é  
406 contra a Transposição e tem defendido a sua posição: primeiro a Revitalização, depois a  
407 Transposição. Essa é sempre a posição de Minas Gerais. É preciso ficar muito atento com  
408 isto, às vezes, achamos que ganhamos e as coisas acontecem. Isto é uma batalha que está  
409 começando e nós temos que ficar muito atento. Quando acabar todas estas Audiências  
410 vamos concluir tudo o que foi realizado nestas, mas eu tenho medo de acreditar que  
411 ganhamos e mesmo assim acontecer de forma diferente.

412 **Rogério Chaves, prefeitura municipal de Lagoa da Prata:** a Secretaria Municipal de  
413 Meio Ambiente também participou desta Audiência e gostaria de expor ao Presidente as  
414 dificuldades que estamos tendo para realizar a eleição do Presidente do SF1, que está  
415 atrasada. Em virtude de mudanças políticas, haverá algumas modificações. Esta eleição é  
416 muito importante para o SF1.

417 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** gostaria de informar que o CBHPARÁ  
418 esteve presente com 12 participantes no evento de ontem. E tenho certeza que os 12  
419 votaram contra a Transposição.

420 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** que bom! Eu tenho participado das reuniões em Brasília,  
421 junto com o Secretário e nós estamos muito atentos para esta questão. Isto tudo vai  
422 depender de uma força política muito grande.

423 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** a nossa preocupação é a mesma que a do  
424 Secretário. Acho que foi uma consulta pública onde nós mostramos a nossa posição. Nós  
425 ganhamos uma batalha, a guerra não está ganha.

426 **3) Dr. Shelley de Souza Carneiro:**

427 **Exame da Ata da 6º Reunião da URC/COPAM.**

428 Em discussão.

429 Em votação. **Aprovada por unanimidade a Ata da 6º Reunião da URC/COPAM.**

430 **4) Processo Administrativo para exame de Licença Prévia e de Instalação – Posto Vem**  
431 **Car Ltda. – comércio varejista de combustíveis automotivo derivados do petróleo e**  
432 **álcool – Divinópolis/MG – PA / COPAM / Nº. 2204/2001/002/2004**

433 **Apresentação: FEAM**

434 Este processo será retirado de pauta e eu pediria a Dr. Raquel que explicasse por que.



435 **Raquel, Procuradoria da FEAM:** houve um equívoco no envio deste parecer para este  
436 Conselho, porque não foi finalizado este licenciamento na Unidade como um todo. Será  
437 finalizado primeiro o processo do empreendimento como um todo, para depois analisarmos  
438 a ampliação.

439 **Márcio, prefeitura de Divinópolis:** eu achei estranho neste licenciamento, mesmo saindo  
440 de pauta, é que no processo diz: LP e LI sendo que o empreendimento já existe. Não seria  
441 LOC?

442 **Raquel, Procuradoria da FEAM:** a LP e a LI são referentes à ampliação. A resolução  
443 CONAMA 273 /2001 que estabelece o licenciamento dos postos de gasolina, também abre  
444 a possibilidade da fusão de fases. Esta LP e LI referem-se à ampliação, um novo tanque que  
445 será colocado. A LOC será do empreendimento como um todo.

446 **Capitão Valmir:** com a mudança da DN 74 os postos acima de 75.000 litros é que deverão  
447 ser licenciados. Parece-me que este posto com a sua capacidade total atingirão esta  
448 quantidade.

449 **Edvaldo, Núcleo de Combustíveis FEAM:** realmente são 75.000 litros. Abaixo de 75.000  
450 litros o posto terá o cadastro.

451 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** este cadastro tem responsabilidades técnicas e terá a  
452 mesma parte fiscal que era paga antes. O cadastro implica em série de responsabilidades, o  
453 que será diminuído é a burocracia, a papelada e a demora do licenciamento. Mas a  
454 responsabilidade continua. Inclusive o empreendimento estará passível de fiscalização e se  
455 houver uma infração das normas condicionadas, o órgão ambiental poderá pedir a licença  
456 para o empreendimento.

457 **Edvaldo, Núcleo de Combustíveis:** o Presidente tem razão. Eu expus foi a não  
458 obrigatoriedade do licenciamento como ele existe para as demais classes, com a elaboração  
459 de RCA/PCA. Realmente será mais classificado para a classe I e II

460 **Raquel, Procuradoria da FEAM:** gostaria de relatar que a DN 74/04 inovou a DN 01/90  
461 e flexibilizou o enquadramento de alguns empreendimentos. Ou seja, mudou o porte e o  
462 potencial poluidor de algumas tipologias. Passamos de 3 classes, para 6 classes e os  
463 empreendimentos de classe I e II não estão isentos do processo ambiental se o órgão  
464 ambiental entender que o seu potencial poluidor está acima do padrão. O FCEI terá um  
465 cadastramento e terá um Termo de Responsabilidade que será assinado por um técnico e o  
466 empreendimento não passará pelo processo de licenciamento e sim pelo processo  
467 autorizativo, onde ele não pode deixar de implantar os sistemas de controle inerentes aos  
468 impactos causados por aquele empreendimento.

469 **Vergínia Margaret Martins, CODEMA:** este posto está pedindo autorização para mais  
470 um tanque e eles estão aguardando esta autorização para terminar o piso do  
471 empreendimento. Isso não seria possível?

472 **Raquel, Procuradoria da FEAM:** eu entendo que neste caso poderíamos trazer na  
473 próxima reunião a LOC e este processo. Nós julgáramos os dois juntos. É meio  
474 controverso julgar separadamente.

475 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** então trazemos na próxima reunião e já aprovamos,  
476 damos a licença, facilitando para o empreendedor. Se julgarmos hoje pode cair em algum  
477 problema jurídico.

478 ➤ **Processo retirado de pauta.**



479 **5) Processo Administrativo para exame de Licença de Operação “ad referendum” –**  
480 **Itall – Itaúna Alumínios Ltda. – Metalurgia de metais não ferrosos – Itaúna / MG –**  
481 **PA / COPAM Nº 218 / 2000 / 001 / 2000 – FEAM**

482 **Apresentação: VISTAS pelo Conselheiro Alex Santiago.**

483 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** o objetivo deste procedimento foi a  
484 verificação do imóvel da empresa referida. Visto que, o parecer técnico informava que esta  
485 se situava em imóvel rural no município de Itaúna e não havia, no parecer, nenhum outro  
486 documento que indicasse a existência de um Distrito Industrial. A fim de esclarecer as  
487 dúvidas se constatou, com simples consulta aos autos, que a empresa de fato se localiza em  
488 um Distrito Industrial, sem que houvesse a necessidade de deslocamento do Conselheiro até  
489 o local. Questão sanada. Porém, existe uma questão mais complexa para ser resolvida neste  
490 processo. Primeiro gostaria de agradecer a participação da Regional, na pessoa do Afonso,  
491 que nos disponibilizou todo o material. Se lermos o parecer técnico, no item 2.2, processo  
492 industrial, vamos verificar que relata o parecer (folha 126): “o processo produtivo consiste  
493 basicamente na fusão da sucata de alumínio e sucata de cobre, com a adição de ligas  
494 metálicas quando necessário.” Aqui eu chamo a atenção dos Senhores Conselheiros para  
495 um ponto essencial. Diz o parecer: “o combustível utilizado no forno é constituído de uma  
496 mistura de óleo diesel 30% e óleos reciclados, que é injetado na base do forno com uma  
497 mistura de ar fornecido sob pressão”. Eu entrei em contato com o núcleo de combustível da  
498 FEAM, na pessoa do Senhor Eduardo Luís de Almeida, e ele salientou que na leitura deste  
499 parecer, em primeiro momento, constata-se que há uma contrariedade à Resolução  
500 CONAMA 9/93 que especifica, que na utilização do óleo reciclado, este não poderia ser  
501 utilizado como combustível, sobretudo se for óleo de veículo. Este óleo reciclado deveria  
502 ser encaminhado para refino. Sr. Eduardo ainda salientou que há necessidade de  
503 esclarecimento quanto ao armazenamento deste combustível. Em primeiro momento, eu  
504 como leigo, não encontrei qualquer menção a este fato. O armazenamento de combustível  
505 foi objeto de atenção do Ministério Público e da Polícia Militar em uma grande operação  
506 que aconteceu em Itaúna, onde várias empresas tinham os seus postos de armazenamento  
507 sem cumprir as normas exigidas. Foi realizada uma grande operação onde várias empresas  
508 foram autuadas. Eu não sei se coincidência ou não, mas a maioria dos fornecedores da Itall,  
509 empresa que está sendo licenciada, foram as empresas que foram autuadas. Então, eu  
510 coloco que há necessidade de um aprofundamento maior, de uma fiscalização deste  
511 empreendimento pelo Núcleo de combustível da FEAM, para esclarecer as questões que  
512 não foram sanadas.

513 **Capitão Valmir José Fagundes:** realmente a situação em Itaúna é grave com relação a  
514 postos de abastecimento de combustíveis. Este armazenamento que é feito de forma  
515 irregular gerou vários Ajustamentos de Conduas. Eu peço Vistas dos Autos para que se  
516 faça uma fiscalização no local.

517 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** já havia sido pedido Vistas pelo Dr. Alex, nós não  
518 podemos pedir vistas duas vezes. Podemos tirar de pauta para este estudo, onde a Polícia  
519 Militar será chamada para realizar esta vistoria.

520 **Capitão Valmir José Fagundes:** então o processo pode ser baixado em diligência?

521 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** sim. Isto pode.



522 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** o representante da empresa está presente?  
523 Eu acho que as explicações que ele prestar, irão esclarecer estas dúvidas.

524 **Rogério Chaves, prefeitura de Lagoa da Prata:** preciso pedir um afastamento, porque  
525 tenho um compromisso inadiável.

526 **Eustáquio Valério, ABES:** no item 8 diz: “adequações das canaletas”. Eu gostaria de saber  
527 o porquê, já que não se explica no parecer.

528 **Jorge Homero, FEAM:** vou responder primeiro sobre a localização do empreendimento.  
529 Observa-se que um outro técnico indicava que era Zona Rural e na minha avaliação  
530 também. Eu desconhecia licenciamento de Distrito Industrial naquela área. Temos, então,  
531 outra polêmica: no meu entendimento é “Distrito Industrial” quando estiver devidamente  
532 licenciado. Agora se tem plano diretor é outra coisa, pela FEAM não tem licenciamento.  
533 Em relação ao combustível, temos um fato interessante. A Promotora de Itaúna, junto com  
534 o Sindicato e as empresas vistoriadas realizou um acordo para assinatura do Termo de  
535 Compromisso. A única garantia para não darmos autorização para o técnico ou fiscal é um  
536 acordo com o Ministério Público e isto foi conversado, do contrário quase todas as  
537 empresas seriam autuadas. Posteriormente, depois de pedido Vistas do processo, o  
538 empreendedor já reduziu o uso do combustível. Portanto, informo que não seria necessária  
539 outra vistoria. Com relação ao item 8 “adequações das canaletas” significa que a empresa já  
540 tem canaletas fluviais e será feita a adequação segundo as normas a ABNT.

541 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** peço que o Senhor se coloque na minha  
542 posição. Os autos em primeiro momento eram de LP. Realizada a fiscalização pela FEAM  
543 constatou-se que não era nada daquilo e que se utilizava óleo combustível e óleo reciclado,  
544 que é proibido. Depois, foi realizado um projeto, orientado pela FEAM, para o lavador de  
545 gás, que seria a forma de sanar a questão do combustível. Mas o combustível utilizado seria  
546 o óleo proibido. Agora, o Senhor nos informa que será o GLP. Mas nós estamos votando o  
547 que está nos autos. Eu tenho que saber o que estou votando. A questão é bem mais  
548 complicada. Consta nos autos o óleo combustível reciclado e o Senhor informa que o  
549 empreendedor pretende colocar GLP. Quando? Nós estamos votando uma coisa  
550 completamente diferente do que está acontecendo na empresa.

551 **Raquel, Procuradoria da FEAM:** gostaria de sugerir que baixasse o processo em  
552 diligência para resolvermos estas questões.

553 **Estáquio Valério, ABES:** nos resíduos gerados nos processos industriais terão as seguintes  
554 destinações: areia, cerca de 6 toneladas/mês serão dispostas em um depósito provisório. Até  
555 quando seria este depósito provisório? Revestir esta areia com lona plástica é seguro?

556 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** o processo será baixado em diligência e todas estas  
557 questões que foram colocadas aqui serão resolvidas.

558 ➤ Processo baixado em diligência.

559 **Maurício Fernandes, Consultor da Itall:** a nossa empresa foi contratada recentemente  
560 para acompanhar o processo. Por isso, vou me restringir no setor mais polêmico que é o  
561 combustível. O empreendimento já está com os equipamentos instalados para a utilização  
562 do GLP, inclusive dentro das normas ambientais exigidas. Não utiliza mais os fornos a  
563 óleo, apenas alguns testes com 5 toneladas que seriam realizados hoje e que semana que  
564 vem este forno já estaria interrompido.

565 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:**



566 **6) Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva –**  
567 **Apresentação FEAM.**

568 **6.1) Castrosita Pedras Decorativas Ltda. – beneficiamento de ardósia – Maravilhas /**  
569 **MG – PA / COPAM / Nº 1466 / 2002 / 001 / 2002;**

570 **6.2) Cal Campos Ltda. Produção de cal virgem em pedras – Formiga / MG – PA /**  
571 **COPAM / Nº 11 / 2003 / 001 / 2003;**

572 **6.3) Cerâmica Marão Ltda. – fabricação de tijolos – Capitólio / MG – PA / COPAM /**  
573 **Nº 2382 / 2002 / 001 / 2002;**

574 Em discussão.

575 **Márcio, prefeitura de Divinópolis:** o parecer jurídico da empresa Marão é pelo  
576 indeferimento do processo. Eu não entendo um processo que já está indeferido vir a  
577 Câmara ser julgado. Por regra, um empreendimento que não obtém um parecer técnico  
578 favorável, não vai à Plenária. Não será julgado enquanto não obter um parecer técnico  
579 favorável. Eu não entendi este procedimento técnico aqui no COPAM!

580 **Dr. Raquel, Procuradoria da FEAM:** nós encaminhamos todos os processos para o  
581 COPAM porque o regimento interno estabelecido pela DN 30/98 abre possibilidade para os  
582 interessados argumentarem sobre o indeferimento do processo. Não deixa de ser mais uma  
583 oportunidade de defesa dentro do processo. A competência para julgar LOC é do COPAM.

584 **Clever Greco, FAEMG:** sobre o item 6.1 e 6.2 minha preocupação é com relação às  
585 condicionantes, que é uma forma de se resolver rápido as coisas, porém dizem respeito a  
586 problemas que a empresa já devia estar se preocupando e solucionando. Por exemplo, a  
587 empresa tem um prazo de seis meses para apresentar a licença da lenha que ela consome.  
588 Eu entendo que a empresa já deve ter esta autorização. Se a empresa já está consumindo  
589 lenha, esta autorização deve estar pronta.

590 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** de qualquer forma, nós podemos estar sugerindo outra  
591 data.

592 **Raquel, Procuradoria da FEAM:** com relação à origem da lenha, existe uma observação  
593 no parecer: *“vale informar que consta nos autos a autorização de uso insignificante de*  
594 *água, bem como o certificado emitido pelo IEF.”* O empreendimento já está cadastrado no  
595 IEF. O prazo dado de seis meses para o empreendedor, é para que este possa comprovar a  
596 origem da lenha. O que ele precisa é de um documento que comprove.

597 **Capitão Valmir José Fagundes:** retorno ao debate sobre os fornecedores de pedras que  
598 não são licenciados. No parecer jurídico, em anexo, se determina a apresentação da licença  
599 dos fornecedores em um prazo de 60 dias. Quando eu vi este anexo fiquei satisfeito, pois  
600 sempre procuramos reduzir este prazo. Porém, ainda no anexo lê-se: caso não sejam  
601 licenciados, deverá o empreendedor adequar o seu quadro com fornecedores que possuam  
602 licença, em um prazo de dois anos. Existe um termo de Ajustamento de Conduta que  
603 consiste em não adquirir produtos de lavra que não possua licenciamento ambiental. Então  
604 o licenciamento votado aqui está indo contra o termo de Ajustamento de Conduta assinado  
605 junto ao Ministério Público.

606 **Raquel, Procuradoria da FEAM:** este parecer é do dia 8 de setembro, é mais antigo e por  
607 isso pode ter acontecido este lapso. A orientação que eu tenho do Dr. Joaquim, Procurador  
608 chefe da FEAM, é que nós vamos aguardar o Grupo de Trabalho que foi criado  
609 especificamente para este assunto, que demanda uma postura mais correta. Voltamos à



610 discussão da última reunião sobre o que é ideal e o que é realidade. O ideal é que a empresa  
611 já tenha a licença do fornecedor em mãos, mas isto ainda está muito longe da realidade.  
612 Agora cabe aos Senhores julgarem da forma como acharem melhor.

613 **Capitão Valmir José Fagundes:** já que o empreendedor se comprometeu a adquirir a  
614 matéria-prima de empresas devidamente licenciadas, que seja mantido o acordo feito com o  
615 Ministério Público.

616 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** este assunto já foi pauta de várias reuniões em Belo  
617 Horizonte e as opiniões são várias. O setor da indústria não está de acordo e dizem que isto  
618 é uma responsabilidade do Estado. Mas com o Grupo de Trabalho nós vamos estudar e  
619 encontrar uma solução. Nós estamos esperando uma resposta do Grupo de Trabalho.  
620 Mesmo que várias pessoas, como a Dalce, estejam a favor, aqui nós não teremos uma  
621 resposta, vamos apenas discutir. Podemos dar uma contribuição através de um parecer ou  
622 uma Moção.

623 **Maria Dalce Ricas:** eu não sei se vocês sabem que o IEF sobrevive exclusivamente das  
624 taxas florestais. E 90% destas taxas são para derrubar mata nativa. Então, por mais  
625 paradoxal que pareça quanto mais o IEF licencia, mais dinheiro ele consegue. E outro  
626 detalhe: a maior parte deste dinheiro a Secretaria da Fazenda pega e joga no caixa único do  
627 Estado. O desmatamento da mata nativa do Estado é que a sustenta máquina administrativa  
628 deste. Eu acho ótima esta discussão acontecer aqui, por que isto vai reforçar a nossa  
629 discussão em Belo Horizonte. O IEF faz parte do GT que foi criado e a pessoa  
630 representante do IEF insiste em dizer, apesar de não passar uma semana sem que a  
631 imprensa estampe a questão do carvão e do desmatamento em Minas Gerais, este  
632 representante quer nos convencer de que o IEF não tem que informar ao COPAM a origem  
633 da lenha. O que nós queremos não é um mero registro. O que nós queremos é que o IEF nos  
634 diga de onde vem a lenha. Nós achamos um absurdo a questão do desmatamento no Estado  
635 e temos o direito de saber onde o IEF autorizou o desmatamento.

636 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** nós podemos voltar neste tema, nos assuntos gerais,  
637 podemos inclusive votar uma Moção.

638 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** item 6.2 / Há menção que o  
639 empreendimento se encontra, em Zona Rural, no município de Formiga. Isto nos lembra a  
640 questão da Averbação da Reserva Legal. Averbação no prazo de 6 meses e apresentar  
641 projeto de recomposição. Mesmo a pequena propriedade precisa apresentar a Reserva  
642 Legal.

643 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:**

644 **6.1) Castrosita Pedras Decorativas Ltda. PA/COPAM/Nº1466/2002/001/2002;**

645 **PROCESSO INDEFERIDO**

646 **Capitão Valmir: Condicionantes:**

647 A empresa deverá adquirir produtos de matéria-prima somente de fornecedores  
648 devidamente licenciados.

649 **6.2) Cal Campos Ltda. PA/COPAM/Nº11/2003/001/2003;**

650 **PROCESSO APROVADO**

651 **Capitão Valmir: Condicionantes:**

652 Em respeito ao termo de Ajustamento de Conduta, a empresa deverá adquirir produtos de  
653 matéria-prima somente de fornecedores devidamente licenciados.



654 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** em São Roque de Minas nós votamos uma  
655 redução de prazo. Se nós exigirmos outro cumprimento para esta empresa, nós estaríamos  
656 tratando as empresas de forma desigual. Eu sugiro que se repita, até termos uma posição  
657 mais firme, o procedimento anterior.

658 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** discordo do Conselheiro Roberto. Nós  
659 não estamos tratando de forma desigual por que esta empresa foi fiscalizada pelo Ministério  
660 Público há mais de um ano. Então, seu prazo já está correndo.

661 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** agradeço as explicações do Conselheiro.  
662 Em virtude disto, eu retiro o meu pedido.

663 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** a área útil é pequena, mas se situa dentro  
664 de uma propriedade rural que pode ter até 100 hectares e há necessidade de demarcar a  
665 Reserva Legal.

666 **Condicionante:** Demarcar e averbar a Reserva Legal no prazo de 6 meses e apresentar  
667 projeto de recomposição, se necessário, no prazo de 3 meses.

668 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:**

669 **6.3) Cerâmica Marão Ltda. – fabricação de tijolos –**  
670 **Capitólio/MG/PA/COPAM/Nº2382/2002/001/2002**

671 Em votação:

672 **APROVADO O INDEFERIMENTO**

673 **8 ) Processo Administrativo para exame de Auto de Infração – Pneusola Pará de**  
674 **Minas Ltda. – recapagem de pneus – Pará de Minas / MG –**  
675 **PA / COPAM / Nº 1545 / 2002 / 001 / 2002 – AI Nº 1064 / 2001 Apresentação FEAM**

676 Resumo do Parecer Jurídico:

677 **Raquel, Procuradoria FEAM:** apenas uma pequena retificação: com o advento do  
678 Decreto 43 127 /2003 o valor da multa foi modificado para R\$ 10.641,00. E mais uma  
679 informação: até a presente data esta empresa não formalizou o seu processo de  
680 licenciamento. Diante disto, gostaria de sugerir a suspensão das atividades. Neste caso é  
681 aplicação da penalidade multa e a suspensão das atividades. Esta empresa foi autuada em  
682 2002 e até hoje não procurou formalizar o licenciamento, por isso, a aplicação da  
683 penalidade e suspensão das atividades. Suspensão imediata, assim que publicada a Portaria.

684 **Clever Greco, FAEMG:** a empresa tem um prazo de 90 dias para recorrer. A suspensão é  
685 imediata e não respeita este prazo de 90 dias?

686 **Raquel, Procuradoria da FEAM:** esta empresa tem um Auto de Infração, neste caso ela  
687 tem um prazo para apresentar a documentação, o que não aconteceu. A empresa foi autuada  
688 e nem apresentou defesa. Uma vez aplicada a penalidade a empresa tem um prazo de 20  
689 dias para recorrer, porém, em relação à penalidade de multa. Em relação à suspensão das  
690 atividades não há recurso, a não ser, o licenciamento.

691 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** os Conselheiros podem propor um prazo? Como 30 dias?

692 **Raquel, Procuradoria da FEAM:** claro, a decisão é da Câmara. Mas o regimento interno  
693 diz que no caso de indeferimento, a empresa tem o prazo de 8 dias, a contar a partir da data  
694 da publicação.

695 **Clever Greco, FAEMG:** com relação a este caso, a empresa terá o prazo de 90 dias para  
696 recorrer desta votação?

697 **Raquel, Procuradoria da FEAM:** não. O prazo é de 20 dias.



698 **Cleber Greco, FAEMG:** então eu sugiro ao Presidente que colocasse o mesmo prazo que  
699 ela tem da multa para a suspensão das atividades.

700 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** é uma proposta que pode ser votada. Nós votamos a  
701 proposta da multa e depois votamos a proposta de dar 20 dias de prazo para o fechamento  
702 da empresa. A empresa teve dois anos para fazer, eu acho muito difícil que faça agora.

703 Em votação a proposta de multa:

704 **Aprovada aplicação de multa no valor de R\$ 10.641,00**

705 Em votação o prazo de 20 dias para fechamento da empresa.

706 **Aprovado o prazo de 20 dias para fechamento da empresa.**

707 **8 )Palestra: Geologia da Província Cárstica Arcos – Pains – Doresópolis –**  
708 **Apresentação Marcelino dos Santos Morais, Mestre em Geologia – UFMG, Professor**  
709 **Newton Paiva. Esta apresentação não aconteceu.**

710 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** infelizmente o professor tinha um compromisso e  
711 precisou ir embora. Mas nada impede que comecemos uma discussão a respeito da área  
712 cárstica da região. Foi apresentada uma palestra, a Maria Dalce expôs suas opiniões e esta  
713 região merece um estudo mais aprofundado. Eu coloco como base a palestra da FEAM e  
714 nós temos bastante assunto para debater.

715 **Lucélio, FIEMG:** nós temos a palestra de arqueologia para ser apresentada.

716 **9) Palestra: Sítios Arqueológicos da Província Arcos – Pains – Doresópolis:**  
717 **Conciliando Proteção, estudo e desenvolvimento.**

718 **Palestrante: Eduardo Koole – Mestrando em Arqueologia USP**

719 A região é conhecida como Província Cárstica do Alto São Francisco. Nesta região, no  
720 início dos anos 70, foram registrados 40 sítios arqueológicos nos municípios de Piumhi e  
721 Pains. Nas escavações feitas nestas regiões encontraram-se vestígios de civilizações que  
722 viveram aqui há 2000 anos atrás. Desde então, totalizou-se cerca de 200 sítios  
723 arqueológicos na região. Existem vestígios de caçadores que viveram aqui há mais de 2000  
724 anos. Começamos fazendo uma sondagem para tentar achar vestígios que pudessem  
725 comprovar a presença de populações que viveram aqui há mais de 2000 anos. Encontramos  
726 nas primeiras buscas ossos humanos e outros indícios de populações que viveram  
727 anteriormente. É preciso ainda fazer a datação dos carvões. Para concluir: a região é muito  
728 rica em vestígios arqueológicos. Grande parte destes resquícios que foram encontrados a  
729 céu aberto já foi destruída pela agricultura. É muito importante a preservação destes  
730 vestígios encontrados aqui, pois eles podem revelar muitos sobre civilizações antigas e  
731 sobre a ocupação humana nesta região. E ainda, temos duas características típicas  
732 encontradas na região: possuem poucas pinturas rupestres, diferentes dos objetos  
733 encontrados em outras regiões como Sete Lagoas. E outra característica, que é única, é o  
734 fato de se encontrar vestígios em locais escuros das cavernas e a razão para isto, nós  
735 esperamos responder nos finais das pesquisas. Muito obrigado.

736 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** gostaria de aproveitar a presença dos Conselheiros para  
737 votar as Moções. Depois voltamos ao problema da Zona Cárstica.

738 **Maria Cláudia, advogada do Núcleo de Apoio COPAM Alto São Francisco:** Moção  
739 proposta pelo Capitão Valmir ao Grupo de estudo sobre matéria prima utilizada:  
740 *“Obrigatoriedade nos processos de Licenciamento Ambiental de aquisição, pelas empresas*



741 *de produção de cal virgem, de matéria prima proveniente de lavra devidamente licenciada*  
742 *pelos Órgãos Ambientais competentes”.*

743 **MOÇÃO APROVADA.**

744 **Maria Cláudia, advogada do Núcleo de Apoio COPAM Alto São Francisco:** Moção  
745 proposta pelo Conselheiro Lessandro Gabriel ao Diretor Geral do IEF: “*No programa de*  
746 *reflorestamento de florestas econômicas de eucalipto, a distribuição de mudas se faça de*  
747 *forma igualitária em todos os municípios da região beneficiada e que se obedeça a um*  
748 *critério através de um levantamento das propriedades beneficiadas, para uma fiscalização*  
749 *de todas as áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal”.*

750 **MOÇÃO APROVADA.**

751 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** muito obrigado aos Conselheiros, vocês estão  
752 dispensados. Nós vamos começar uma longa discussão sobre a Zona Cárstica. Vamos entrar  
753 nos assuntos gerais e a discussão fará parte deste.

754 **10) Assuntos Gerais:**

755 **Capitão Valmir:** gostaria de considerar a respeito do Ofício 223 do COPAM, a respeito da  
756 Lei 43881. Com certeza deve haver alterações no quadro de Conselheiros do COPAM em  
757 especial desta Regional por que, em seu parágrafo 5 ele especifica como um dos requisitos  
758 para os seus Conselheiros é que este não faça parte de licenciamento ou de assessoria, bem  
759 como os que interferiram neste processo.

760 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** por que este decreto saiu? Este não é um decreto da  
761 Secretaria do Meio Ambiente, é um decreto da Advocacia Geral do Estado e está de acordo  
762 com o Código de Ética do Governado do Estado. Por quê? Porque dentro do licenciamento  
763 estão pessoas que votam e que estão em concorrência dentro da FEAM e isto é antiético e  
764 nós não podemos continuar com isto. Vários empresários me procuraram dizendo que, por  
765 não serem do COPAM, eles mal entram na porta da FEAM. Não podem participar de  
766 concorrência e uma pessoa que é membro do COPAM tem acesso direto aos Conselheiros.  
767 Estamos entrando em um problema de concorrência direta, um problema ético. Este decreto  
768 é para inibir o problema de concorrência e de pessoas que dizem: eu consigo isto fácil,  
769 porque eu sou membro do COPAM. Isto era um facilitador no Meio Ambiente e está  
770 errado. Vai contra o Código de Ética do Governador. Eu não sou contra ninguém ganhar  
771 muito dinheiro, mas eu acho que: ou você vai ganhar muito dinheiro em licenciamento ou  
772 vai ser Conselheiro do COPAM com direito a voto no processo.

773 **Lessandro Gabriel, Associação Ambientalista Alto São Francisco:** só para  
774 esclarecimento, nós passamos por um processo de votação e como seria o sistema? O  
775 próximo Prefeito eleito irá assumir o cargo de Conselheiro? E ainda agradecer a presença  
776 do vice-prefeito eleito de Lagoa da Prata.

777 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** o que está eleito é a prefeitura e não o prefeito. É a  
778 instituição que está aqui e não a pessoa.

779 **Lucélio, FIEMG:** gostaria de agradecer a todos que colaboraram para que esta reunião  
780 aconteça. Esta reunião foi a que teve mais presença de partes interessadas e isto nos mostra  
781 o peso que tem a área cárstica no Meio Ambiente. Agradeço ainda o Rotary Clube e o Pains  
782 Social Clube e, no mais, muito obrigado a todos.

783 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** gostaria também de agradecer a cidade  
784 que nos recebeu muito bem. É uma cidade muito sensível. E neste momento registrar a



785 presença da Dr. Rosilei de Fátima Borges, uma das melhores Promotoras da área de Meio  
786 Ambiente e que, a custo de muito esforço, vem tentando ajudar esta região. Gostaria de  
787 agradecer também a Maria Dalce, nós devemos muito a você. Esperamos estar sempre  
788 juntos nesta caminhada.

789 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** então vamos ouvir as pessoas que assinaram a lista.  
790 Vereador Paulo de Tarso, que já se pronunciou.

791 **Marcos Antônio Vilela:** gostaria de obter uma resposta em relação à Granja São Geraldo  
792 no município de Divinópolis, nós estamos esperando uma resposta sobre os procedimentos  
793 que serão tomados. E também uma posição em relação à LOC da Cooperativa  
794 Agropecuária de Divinópolis, que está para ser executada desde 1995.

795 **Pedro Coelho, advogado do Núcleo de Apoio COPAM Alto São Francisco:** referente à  
796 Granja São Geraldo foi realizada uma mediação junto com o consultor da Granja e feita  
797 uma Ata da reunião onde ficou decidido e acordado por todos que: *“A Granja São Geraldo  
798 intensificará todos os seus procedimentos no combate a proliferação de moscas, visando  
799 maior êxito no seu resultado final. O consulto José Maria Mendes será o responsável pela  
800 coordenação e desenvolvimento do plano de combate a proliferação das moscas, e  
801 responderá pela empresa em questão. O consultor José Antônio Lima fará as vistorias  
802 mensais, aferindo os resultados obtidos e declarando em laudos de vistoria que serão  
803 apresentados em todas as reuniões ordinárias do COPAM ao Conselheiro Marcos Antônio  
804 Vilela durante um período de 6 meses a partir desta data.”*

805 Quanto à segunda questão da cooperativa, o Conselheiro Marcos ficou de entregar uma  
806 papelada para a Regional, referentes ao caso.

807 **Afonso José e Silva, técnico do Núcleo de Apoio COPAM Alto São Francisco:** a  
808 Regional está tentando recuperar o número do Processo para solicitar à SEMAD uma  
809 solução à respeito. Se pode ou não ser migrado para esta Regional.

810 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** se pode migrar ou não, eu resolvo. O que não é possível é  
811 um processo de 1995 não ser resolvido até hoje. É preciso ter uma resposta.

812 **Claudinei Hermes, técnico do Núcleo de Apoio COPAM Alto São Francisco:** com  
813 relação à cooperativa, este processo está com a licença vencida e se encontra atualmente em  
814 fase de revalidação da licença que foi apresentado à FEAM pela empresa e eu acompanhei  
815 a vistoria. Atualmente este processo se encontra em análise técnica. Este processo não está  
816 parado, a empresa tinha a licença, ela venceu e foi feito um pedido de renovação da licença  
817 recentemente.

818 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** eu preciso, oficialmente, do número deste processo que eu  
819 vou dar uma olhada pessoalmente e trazer uma resposta.

820 **Marcos Vilela:** a questão do licenciamento da Cooperativa está relaciona ao espaço físico,  
821 a área de localização. Pelo levantamento não há espaço físico suficiente para se construir  
822 uma ETE. O processo está amarrado por esta questão.

823 **Conselheiro Capitão Valmir:** a respeito da Granja São Geraldo, em Divinópolis, foi  
824 realizada uma fiscalização o ano passado e a empresa estava com a documentação de  
825 licenciamento. Nitidamente, nós constatamos que a Granja respeitava as condicionantes,  
826 mas que realmente o volume de moscas nas imediações é elevado. Por isso, na última  
827 reunião eu questionei ao técnico se estas condicionantes eram suficientes. Foi colocada a  
828 possibilidade do uso de remédios para o controle destas moscas. Não me recordava se nesta



829 fiscalização havia estas condicionantes. Esta proliferação de moscas prejudica, e muito, a  
830 região.

831 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** vamos prosseguir com a lista de assinantes, vou chamar  
832 Maria Regina.

833 **Maria Regina, IBAMA e Conselheira COPAM Regional Sul:** eu pedi a palavra para  
834 fortalecer a necessidade da Política na regularização do carvão clandestino. Nós estamos  
835 em região cárstica onde o produto é muito utilizado aumentando, conseqüentemente, o  
836 desmatamento. É preciso que haja um controle do desmatamento, mas quanto à matéria  
837 prima, a maioria das empresas compra de empresa clandestina e isto dá espaço para  
838 ilegalidade, gerando um problema social muito grande. Eu gostaria que o COPAM do Alto  
839 São Francisco criasse este espaço para as pessoas sentarem e conversarem sobre este  
840 problema com intuito de agilizarem as soluções. Muito obrigada.

841 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** este é o espaço, nós já começamos a fazê-lo. Mas não é só  
842 isto. Nós temos que procurar solucionar estes problemas, buscar resolvê-los. Esta é uma  
843 responsabilidade dos governos.

844 **Maria Dalce, AMDA:** existe um grupo de trabalho já criado no âmbito do COPAM,  
845 porém, todo Grupo de Trabalho precisa ser legitimado pela SEMAD. É preciso que a  
846 SEMAD publique um ato. Este Grupo de Trabalho não é fechado, é formado por pessoas  
847 indicadas e inclusive o COPAM pode indicar alguém. Este Grupo de Trabalho poderá ter  
848 reuniões aqui, ele é uma instância legítima e legal para discutir o assunto. Não adianta  
849 apenas reclamar a fiscalização, é preciso apresentar soluções. Nós temos várias denúncias  
850 contra mineradoras, agropecuárias e outras. São problemas que merecem uma Política  
851 social e econômica. Só reclamar não adianta, brigamos e o Patrimônio vai embora.

852 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** o Grupo de Trabalho está começando agora, foi realizada  
853 uma reunião de apresentação. O Grupo de Trabalho tem participação de mineradoras,  
854 FIEMG, ONG e tem a participação do Estado e de outros interessados. Quando o Grupo de  
855 Trabalho terminar o trabalho, os documentos serão enviados para o Estado e será colocada  
856 a proposta para a CPA e o documento irá para a Plenária.

857 **Maria Dalce, AMDA:** o licenciamento ambiental tem por obrigação satisfazer duas  
858 vertentes: o empreendedor, que quer processos ágeis e satisfazer a gestão de Meio  
859 Ambiente. A competência do licenciamento do Patrimônio calcário é do IBAMA. Segundo  
860 a FEAM existem dezenas de processos parados porque o IBAMA não dá uma anuência e  
861 não se pronunciou contra ou a favor. É preciso que este Grupo de Trabalho chame o  
862 IBAMA e a FEAM em um processo de integração. Outra questão que deve ser observada é  
863 o zoneamento urbano e ecológico. Nós vamos dizer às empresas: aqui você pode minerar e  
864 aqui não pode e a empresa que minerar ela será autuada. Definindo as regras, a Política do  
865 comando e controle pode agir. Se não se definem as regras, esta política não pode funcionar  
866 por que perpetua a impunidade. Tem-se a sensação de que licenciamento é só um carimbo  
867 que você leva para casa e não acontece nada. Dia 4 e 5 de novembro onde a FEAM irá  
868 apresentar uma proposta de Termo de Referência para licenciamento do cárstico. Vocês  
869 estão sabendo? Pois eu entendo que os técnicos do Núcleo precisam participar disto. Vocês  
870 teriam que receber este convite. Eu reclamo aqui uma comunicação maior. Eu entendo que  
871 todos tinham que saber deste Seminário. Como se discute um problema que diz respeito  
872 diretamente a esta região e os interessados nem sabem? A FEAM precisa ter cuidado.



873 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** eu vou resolver isto. Eu estive conversando com o  
874 Presidente do IBAMA e nós acertamos, através do convênio IBAMA e Estado, que ele  
875 estará participando diretamente. O IBAMA está levando uma participação pró-ativa, com  
876 soluções. Este convênio é muito importante, foi assinado pelo Dr. José Carlos Carvalho e  
877 Senhora Marina Silva. É muito importante e eu tenho que certeza que formaremos um  
878 grupo muito útil.

879 **Samuel Dias, representante da Comunidade Cacoco:** sou representante da comunidade  
880 do Cacôco e faz mais de 10 anos que estamos nesta luta. Em fevereiro de 2000 esta Granja  
881 foi licenciada pelo IEF que apresentou várias condicionantes que foram retiradas pelo  
882 próprio IEF. Voltando tudo o que o granjeiro estava fazendo. Nós entramos, inclusive, na  
883 SEMAD com o acompanhamento do Conselheiro Rener Vilela e foi feito um relatório onde  
884 o licenciamento acabou retornando para Belo Horizonte para uma revisão das  
885 condicionantes. Por isso, até hoje nada foi resolvido. Nós esperamos que com o COPAM  
886 mais perto estas questões possam ser resolvidas. Gostaria de pedir que o conselheiro  
887 Marcos Vilela acompanhasse toda a história feita na Granja e que, uma vez por mês,  
888 acontecesse uma reunião com os moradores para haver um acompanhamento das histórias.  
889 E ainda, que o Dr. Alex pedisse em Belo Horizonte o laudo técnico feito na Granja, para ser  
890 agregado aos outros documentos. Muito obrigado.

891 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** toda a atenção é necessária para esta  
892 granja. São diversos aspectos técnicos colocados de forma conflitante, por isso, agradeço o  
893 empenho da Unidade, tanto no aspecto Jurídico, quanto Técnico. Para demonstrar, como  
894 detalhe pequeno, mas que mostra a dimensão do drama: o pessoal da comunidade levou na  
895 Promotoria um saquinho com as fezes provenientes da Granja e colocou em cima da mesa.  
896 Foi uma questão constrangedora, mas para que os Senhores vejam como os ânimos estão  
897 exaltados e que é necessária uma solução rápida.

898 **Pedro Coelho, advogado do Núcleo de Apoio COPAM Alto São Francisco:** é o que já  
899 foi colocado. A Regional está fazendo uma mediação entre os moradores e o consultor da  
900 Granja. Nós vamos trazer um monitoramento dentro de 6 meses. Parece-me que as partes  
901 ficaram satisfeitas.

902 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** vou continuar chamando pela lista. José Dailon de Lima,  
903 não está presente. José Francisco Gonçalves, já se pronunciou. Márcia Menezes, por favor.

904 **Márcia Menezes:** gostaria de fazer uma reclamação como professora de Ciências e  
905 Biologia: é muito importante que nós professoras fôssemos convidadas a participar sempre  
906 destas reuniões. E como cidadã gostaria de fazer um alerta sobre prioridades ambientais em  
907 de Pains. Durante muitos anos, nós professoras mostramos o problema da poluição do ar,  
908 da poluição do Rio São Miguel e sempre realizamos passeios com os alunos onde  
909 constatamos que nada tem sido feito a respeito. E também sobre a construção do sistema de  
910 tratamento de esgoto da cidade. Sobre a coleta seletiva, que ainda não foi implantada, nós  
911 trabalhamos estas questões com os alunos e nenhuma providência é tomada.

912 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** muito obrigado. É muito bom ver a participação de  
913 escolas em nossas reuniões, é interessante que as escolas de 2º grau sejam convidadas.  
914 Saneamento básico é sempre um problema, estas questões são muito complexas. Sobre esta  
915 questão, na cidade de Pains, alguém tem algum comentário para acrescentar?



916 **Clécio Gomides, técnico do Núcleo de Apoio COPAM Alto São Francisco:** sobre esta  
917 questão existe a legislação específica, que é a DN 52, onde todos os municípios  
918 apresentaram, dentro do prazo colocado que era dia 30 de julho, o que está sendo realizado  
919 em relação ao lixo. Especificamente sobre a cidade de Pains será preciso verificar, eu me  
920 coloco à disposição da professora e de qualquer outro interessado para prestar  
921 esclarecimentos. Na próxima semana haverá uma reunião em Belo Horizonte onde serão  
922 traçadas diretrizes sobre os municípios que atenderam e que não atenderam a DN 52.

923 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** gostaria que vocês informassem a professora  
924 especificamente sobre Pains. Este é um problema que eu quero ver de perto, se esta DN 52  
925 funciona ou não. Gostaria de chamar uma última pessoa. Paulinho? Por favor.

926 **Paulinho:** eu gostaria de agradecer a presença de vocês aqui em Pains, assim vocês  
927 poderão debater de perto o que nós estamos sentindo aqui, isso é muito importante para  
928 nós. Quero ainda cumprimentar a palavra do Promotor que disse que a Dra. Rosilei de  
929 Fátima Borges é a melhor Promotora da região. Para nós também ela é considerada a  
930 melhor Promotora da região, principalmente na defesa do meio ambiente aqui no Centro-  
931 oeste. Vou aproveitar a oportunidade para pedir que se faça uma Moção para o  
932 monitoramento da qualidade do ar em nossa região. E que cada empresa poluidora ajudasse  
933 na manutenção deste tratamento de acordo com o grau de poluição da empresa. Com este  
934 monitoramento ficaria claro que nós não estamos reclamando sem motivo. Gostaria de  
935 agradecer a presença da Sra. Maria Dalce e pedir que nos ajudasse a melhorar Pains.

936 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** obrigado vereador. As Moções precisam ser sugeridas  
937 pelos Conselheiros e isto será feito nas próximas reuniões. Volto à palavra para os  
938 Conselheiros.

939 **Lucélio, FIEMG:** gostaria de agradecer a criação desta apostila com os dados dos  
940 municípios de Arcos, Doresópolis e Pains. Eu fiz uma solicitação para o Sr. Afonso e foi  
941 preparado um trabalho para que os Conselheiros tivessem a noção da região. Foi um  
942 trabalho muito bem feito. Este tipo de documento poderia ser preparado em todas as  
943 reuniões, seria muito interessante para conhecermos a região onde estivermos.

944 **Dr. Shelley de Souza Carneiro;** a idéia é muito boa, eu vou inclusive levar para todas as  
945 regionais. Aproveito para avisar que a nossa próxima reunião será dia 19 na cidade de  
946 Cláudio. Podemos também ter sugestões dos temas a serem abordados nas reuniões. Em  
947 Cláudio será fundição e se tivermos tempo iremos visitar.

948 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** eu sou aposentado, posso ir a todas as  
949 reuniões. Mas o Conselheiro Moisés, que é do SINGEO e suplente de Eustáquio, explica  
950 que as reuniões no dia de sexta-feira são complicadas para ele, que é professor da  
951 Universidade. Ele sempre comparece nas reuniões, porém nas últimas não.

952 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** apenas para explicar, estas mudanças estão acontecendo  
953 por causa dos feriados. As reuniões ficaram muito próximas e em cidades distantes. Nós  
954 levamos um grupo grande de engenheiros, técnicos e advogados o que dificulta para  
955 estarmos nos deslocando em pouco espaço de tempo.

956 **Luiz Gonzaga, FEAM:** já que a agenda está em fase de planejamento eu gostaria de  
957 transmitir uma preocupação minha e de colegas da FEAM. As reuniões nas sextas-feiras  
958 obrigam que os técnicos estiquem o trabalho até no sábado. Do ponto de vista operacional é  
959 complicado e ainda invade a agenda pessoal dos técnicos. Dentro do planejamento que será



960 feito das agendas, na medida do possível, é bom evitar as reuniões de sexta-feira a tarde e  
961 também na segunda pela manhã.

962 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** é bom você tocar neste assunto. Na primeira reunião nós  
963 elegemos um representante do Conselho e o dia e horário para as reuniões. Nós tentamos  
964 manter no máximo possível o dia estipulado, porém nem sempre é possível. Nós vamos  
965 conversar com os Conselheiros e se houver um acordo podemos mudar esta data. Assim  
966 como nas outras cidades. E também decidir sobre a pauta da reunião de Cláudio. Iremos  
967 falar sobre fundição e também sobre suinocultura.

968 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** seria interessante explicar sobre o  
969 acordo que houve entre o Ministério Público e as fundições.

970 **Afonso José e Silva, Núcleo de Apoio COPAM Alto São Francisco:** gostaria de  
971 agradecer ao Conselheiro Lucélio, pelo apoio prestado à regional. O sucesso desta reunião  
972 se deve a ele.

973 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** com certeza este apoio é muito importante. Eu gostaria de  
974 reforçar este agradecimento ao Lucélio e a Prefeitura. A reunião sempre tem muito  
975 trabalho por trás. Mais algum comentário a ser feito? Então, eu gostaria de agradecer a  
976 presença a Promotora e aos Conselheiros e dizer que assim que o Grupo de Trabalho  
977 começar a funcionar nós faremos uma reunião. Muito obrigado pela presença de todos!

Shelley de Souza Carneiro \_\_\_\_\_

Ilmar Bastos Santos \_\_\_\_\_

Alex Fernandes Santiago \_\_\_\_\_

Eliana Martins Parise Chadi \_\_\_\_\_

Valmir José Fagundes \_\_\_\_\_

Gerson Luiz de Freitas \_\_\_\_\_

Cláudio de Souza Magalhães \_\_\_\_\_

Marcelo Ferreira Guimarães \_\_\_\_\_

José Octaviano Zezinho Ribeiro \_\_\_\_\_

Enio Luiz de Almeida Sousa \_\_\_\_\_

Rogério Chaves \_\_\_\_\_

Umberto Alves da Costa \_\_\_\_\_



Antônio Carlos Latalisa França \_\_\_\_\_

Hugo Milton Tomas Lopez \_\_\_\_\_

Galileu Teixeira Machado \_\_\_\_\_

Geraldo Ferreira Vaz \_\_\_\_\_

Márcio Antonio de Oliveira \_\_\_\_\_

Cairo Manoel de Oliveira \_\_\_\_\_

Juarez Eufrásio de Carvalho \_\_\_\_\_

Arnaldo Batista Matos \_\_\_\_\_

Lucélio Nativo da Assunção \_\_\_\_\_

Átila Alves e Costa \_\_\_\_\_

Clever Greco Magalhães \_\_\_\_\_

José Antônio Cardoso Cançado \_\_\_\_\_

Camilo Lelis André Melo \_\_\_\_\_

Roberto Soares Nogueira \_\_\_\_\_

Vicente Paulo Gondim \_\_\_\_\_

Vilson Luiz da Silva \_\_\_\_\_

Eustáquio Marcelino Valério Calderaro \_\_\_\_\_

Moisés Perillo \_\_\_\_\_

Lessandro Gabriel da Costa \_\_\_\_\_

Marcos Antônio Vilela \_\_\_\_\_

Alex Moreira \_\_\_\_\_

Gilson Soares \_\_\_\_\_



Vergínia Margaret Martins \_\_\_\_\_

José Aparecido Ferreira Rodrigues \_\_\_\_\_